

Galvães divulga novos empréstimos para 1985

por Cláudia Scafate
de Brasília

O País receberá US\$ 5,245 bilhões em 1985 de empréstimos novos dos organismos multilaterais, para cobrir um déficit em transações correntes de aproximadamente US\$ 3 bilhões (as previsões oficiais variam entre US\$ 2,8 bilhões e US\$ 3,2 bilhões). Assim, além de não contrair novos empréstimos junto aos bancos privados credores do País, para fechar as contas externas do ano que vem, o caixa poderá ser reforçado por um acúmulo de reservas cambiais. Toda essa armaria que envolve a fase 3 de renegociação da dívida externa brasileira já contaria com a aprovação dos dois candidatos à Presidência da República, Tancredo Neves, da Aliança Democrática, e Paulo Maluf, do PDS.

Essas informações constam de declarações oficiais do ministro da Fazenda, Ernane Galvães, divulgadas ontem, por escrito, pela sua assessoria de imprensa. Rebatendo as críticas feitas pelo empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, em pronunciamento na terça-feira última, na Escola de Guerra Naval, o ministro procurou explicar por que o governo optou pela dispensa de "new money" dos bancos privados internacionais. Para Diniz, seriam necessários cerca de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões de dinheiro novo para fechar o balanço de pagamentos, crescer a atividade econômica e não queimar reservas. Galvães contrapõe essa versão, que ontem foi endossada pelo economista Celso Furtado, da equipe do candidato Tancredo Neves, que também considerou "incompreensível" a postura do governo de não recorrer ao "new money" dos bancos.

Nas contas do governo, listadas nas declarações de Galvães, o País receberá em 1985 US\$ 1,6 bilhão do Fundo Monetário Internacional, US\$ 1,27 bilhão do Banco Mundial e da IFC (Comissão de Financiamento Internacional) e US\$ 370 milhões que serão desembolsados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além desses, estão relacionados ainda US\$ 600 milhões da Commodities Credit Corporation (CCC) para financiamento à compra de trigo importado e os "suppliers and buyers credit" (crédito de fornecedores) de US\$ 595 milhões. Somados, portanto, o País teria US\$ 6,2 bilhões de novos recursos, incluindo aí cerca de US\$ 1 bilhão de investimentos diretos — dinheiro suficiente para cobrir o déficit em conta corrente e engordar as reservas. O empresário Abílio Diniz, conclui o ministro da Fazenda, não está "bem informado".

Mais do que isso, porém, o ministro da Fazenda procura deixar evidente que as gestões do governo junto ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos credores não estão sendo feitas sem o respaldo dos dois candidatos à Presidência da República. O ministro lamenta as informações divulgadas pela imprensa de que as negociações externas "só serão acertadas pelo próximo governo".

Diz textualmente: "Essas informações não só causam dúvidas e perplexidades, que dificultam as negociações, mas também contrariam as declarações dos candidatos à Presidência da República sobre os entendimentos que estão sendo realizados na área externa". E conclui: "É difícil entender os propósitos dessas manifestações pessimistas, visivelmente contrárias aos interesses do País".